

Ontologia Marxista, Emancipação Humana e Estudos Organizacionais

Autoria: Caio Martins, Antônio Gabriel Santana Martins

Resumo: Neste ensaio, trataremos da concepção ontológica marxiana sobre o processo de produção do conhecimento nos estudos organizacionais. Porque Marx nunca sintetizou seus pressupostos metodológicos em uma obra específica, valemo-nos também, para consecução de tal objetivo, de autores que realizaram, a nosso juízo, satisfatoriamente tal síntese, entre os quais podemos destacar: G. Lukács, István Mészáros e, no Brasil, Ivo Tonet e Cristina Paniago. A partir disso, argumentamos pela possibilidade da consolidação dos Estudos Organizacionais como campo científico particular de estudos, uma vez que as organizações são complexos objetivos particulares dotado de legalidades objetivas inseridas em um complexo mais amplo do qual sofre e no qual põem determinações. Tendo isso por base, buscamos apreender as determinações que condicionaram o desenvolvimento da Administração mais tradicional e difundida como um campo de estudo, destacando seus limites ideológicos intransponíveis do ponto de vista da luta pela emancipação humana. Para isso, a partir da discussão sobre as possibilidades, limites e necessidades que impulsionam a produção do conhecimento humano, analisamos as características da produção teórica da Administração. Sendo o conhecimento caracterizado como um meio indispensável para as objetivações humanas, imbricado, portanto, com o carácter teleológico do trabalho, destacamos que suas transformações históricas são determinadas pelas relações de classe e de poder que perpassam nossa história. É nas sociedades de classe que concepção e execução cindem-se de acordo com as relações de dominação socialmente estabelecidas. O campo do conhecimento da Administração é destacado por nós como originário de um tempo histórico bastante específico, atendendo a necessidades de reprodução ampliada de capital. Finalmente, apresentaremos algumas características fundamentais para a produção de um conhecimento que, inserido no campo dos Estudos Organizacionais, sirva-nos como instrumento para uma *praxis* de sentido emancipatório. Nesse sentido, destacamos que: se os estudos organizacionais podem dar alguma contribuição à emancipação humana, ela reside precisamente no fato de apreender os fenômenos organizacionais articulando-os com a totalidade social. Para tanto, os estudos organizacionais podem contribuir para a produção de um conhecimento orientador e orientado pela busca da emancipação humana. Nesse sentido, não pode a crítica produzida em tais estudos se restringir à “consertar defeitos”, devendo orientar-se para a compreensão de que as práticas organizacionais se articulam com um todo social historicamente construído. Para nós, está claro que se a Administração cumpriu até hoje, ao assumir o ponto de vista do capital, a função social de produção do conhecimento necessário para a reprodução ininterrupta da sociedade capitalista. Nada nos impede de assumirmos seu ponto de vista antagônico: o ponto de vista emancipatório.

Introdução

No desenvolvimento histórico da epistemologia, uma questão clássica nos remete à reflexão sobre as possibilidades e os limites do conhecimento humano sobre a realidade e, como desdobramento, leva-nos também a questionar a natureza própria do conhecimento produzido. Essas questões são de fundamental importância para a compreensão das diferentes metodologias apesar de, nos estudos dominantes no desenvolvimento da chamada “Ciência da Administração”, sequer serem levantadas. Como consequência, o positivismoⁱ, base ideológica da sociedade capitalista – e, portanto, internalizado ao longo de todo nosso processo educativo individual –, torna-se pressuposto epistemológico quase inquestionável de nossa produção científica.

Não se pode deixar de levar em conta, por outro lado, o surgimento de algumas correntes que se contrapõem ao positivismo sem, necessariamente, estarem todas de acordo entre si. Um ponto de identidade entre diversas correntes críticas ao positivismo está na recusa radical da neutralidade axiológica como característica inerente ao saber científico. No entanto, a despeito deste ponto comum, cada corrente apresenta diferentes respostas no que concerne às possibilidades ou impossibilidades ontológicas do conhecimento, chegando, muitas delas, a afirmações irracionalistas e agnosticistas (Cf. COUTINHO, 2010 e NETTO, 1994).

Neste ensaio, trataremos da concepção ontológica marxiana sobre o processo de produção do conhecimento nos estudos organizacionais. Porque Marx nunca sintetizou seus pressupostos metodológicos em uma obra específica, valemo-nos também, para consecução de tal objetivo, de autores que realizaram, a nosso juízo, satisfatoriamente tal síntese, entre os quais podemos destacar: G. Lukács, István Mészáros e, no Brasil, Ivo Tonet e Cristina Paniago. A partir disso, argumentamos pela possibilidade da consolidação dos Estudos Organizacionais como campo científico particular de estudos. Em seguida, buscamos apreender as determinações que condicionaram o desenvolvimento da Administração mais tradicional e difundida como um campo de estudo, destacando seus limites ideológicos intransponíveis do ponto de vista da luta pela emancipação humana. Finalmente, apresentaremos algumas características fundamentais para a produção de um conhecimento que, inserido no campo dos Estudos Organizacionais, sirva-nos como instrumento para uma *praxis* de sentido emancipatório.

A Produção Do Conhecimento

A produção do conhecimento está, para Marx, imbricada com o processo de reprodução social, e, portanto, com a atividade produtiva, sem a qual não pode se reproduzir qualquer forma societal. Para a satisfação de suas necessidades sociaisⁱⁱ, o ser humano precisa realizar um intercâmbio orgânico com a natureza, atuando sobre ela e transformando-a de acordo com suas necessidades (MARX, 1988). Evidentemente, esse intercâmbio se dá através do trabalho.

Para Marx, o trabalho é um tipo específico de *práxis*. Trata-se de, antes de tudo, “...um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1988, p. 142). Por isso, não podemos dizer que trabalho e *práxis* sejam conceitos idênticos, embora, evidentemente, qualquer *práxis* social torne-se impossível sem ter como pressuposto uma determinada forma, também social, de intercâmbio orgânico com a natureza (Cf. MARX e ENGELS, 2007). O trabalho aparece, assim, como categoria mediadora entre sujeito e objeto, constituindo-se, pois, como base ontológica de toda *práxis* humana. Esta, por sua vez, em relação a qual o trabalho é um elemento particular – e fundamental –, aparece como categoria universal mediadora entre sujeito e objeto. Por isso,

No ato fundante do ser social, que é o trabalho, descobre-se que este – o trabalho – é constituído por dois pólos que perfazem uma unidade indissolúvel, o pólo da subjetividade e o pólo da objetividade, sendo a práxis o momento da mediação entre um e outro. O ser social, um novo tipo de ser, essencialmente diferente do ser natural, só pode vir a existir pela relação entre subjetividade e objetividade. *Ambas com igual peso ontológico*. A prévia-ideação, que tomará a forma de ciência, é um dos momentos essenciais e imprescindíveis à existência do ser social (TONET, 1995, p. 9).

As diferentes necessidades exigem graus diferentes de apreensão, pela subjetividade, da objetividade, de suas determinações objetivas e conexões causais (TONET, 1995). As necessidades impõem aos sujeitos uma apreensão muito mais precisa da objetividade, capaz de captar as determinações específicas do objeto de que se trata, bem como suas conexões reais com outros elementos. Este processo é imprescindível para a execução do processo de trabalho. Como o mundo objetivo é composto de infinitas mediações, cabe à consciência, que é um elemento ativo no processo de trabalho, produzir o conhecimento tanto das situações singulares, como das generalizações universais, detectando, ao mesmo tempo, o modo como cada particularidade se articula com esse mundo objetivo (LUKÁCS, 1978). “Caso assim não proceda, fica inviabilizada a realização das finalidades previamente concebidas pelo ato do trabalho (locus da síntese entre teleologia e causalidade); esta torna-se incapaz de gerar o novo, e, portanto, de assumir um domínio cada vez mais avançado da natureza” (PANIAGO, 2006, p. 3).

Mas é importante ressaltar que o trabalho, tal qual analisado até aqui, em que se encontram indivíduo e natureza sempre imediatamente, é uma mera abstração em seu mais elevado grau de generalização, pois é independente de suas formas históricasⁱⁱⁱ. Toda a interação com a natureza é uma interação da sociedade com a natureza, uma vez que não se pode falar em indivíduo sem sociedade (LESSA, 2005). Assim, a complexidade de determinada forma social influi diretamente na complexidade da produção do conhecimento necessário para a reprodução dessa mesma forma social.

Por essa razão, o carácter teleológico do trabalho tem características específicas nas sociedades de classes, uma vez que os momentos da concepção e execução são separados de acordo com a formação das relações estabelecidas entre as classes dominantes e as classes subalternas. Assim, ao longo de nossa história, ao passo que as classes dominantes exercem a atividade intelectual, as classes subalternas – as que transformam diretamente a natureza - exercem o trabalho manual. Mas como a atividade intelectual necessita controlar as objetivações que transformam efetivamente a natureza, o trabalho intelectual das classes dominantes não é outra coisa senão o desenvolvimento e aplicação de um modo eficiente de controlar as classes subalternas de acordo com seus interesses de classe. Surgem aqui, em um modo ainda muito rudimentar, os germes do que mais tarde formarão as chamadas “Ciências da Administração”. O trabalho manual, por sua vez, não perde seu momento teleológico, mas passa agora também a considerar sua posição de classe no momento de sua prévia-ideação. Ou seja, a subjetividade do trabalhador manual passa a levar em conta o controle estranho ao qual está sujeito e não apenas as necessidades as quais pretende satisfazer. Ambas as atividades – a intelectual da classe dominante e a manual das classes subalternas – permanecem constituídas pelo momento da prévia-ideação seguida da objetivação, mas agora determinadas por suas posições de classe. As complexidades específicas que assume essa relação dão forma à relação ontologicamente estabelecida entre o gênero humano e a natureza ao longo da história.

O impulso essencial da humanidade na sua autoconstrução, na sua reprodução, se expressa nas mais diversas atividades, e não apenas no trabalho (a partir do qual a sociedade

se estrutura). Tal impulso exige uma apreensão do real, da objetividade, tanto da natureza quanto da própria sociedade, da forma mais adequada possível (TONET, s/d., p. 5). O conhecimento visa assim a reproduzir idealmente o movimento concreto da realidade, as mediações concretas do objeto de que se trata, de tal modo que se possa atuar sobre ele de acordo com interesses determinados socialmente.

Por essa razão, o método pelo qual se dá esta apreensão é uma questão “... ontológico-prática, ou seja, o fazer científico se define pela função que ele tem na reprodução do ser social. E porque é uma questão ontológico-prática, ele tem como eixo o objeto (o ser) e não o sujeito” (TONET, s/d, p. 4).

Nessa perspectiva, o real, a objetividade, existe independentemente do sujeito, repleta de determinações articuladas, contraditórias, em movimento. O sujeito, portanto, diferencia-se ontologicamente do objeto de conhecimento. Aqui, o real efetivamente existente é independente do sujeito enquanto agente do ato cognoscitivo. Ele existe autonomamente. Cabe à subjetividade, elemento ativo no processo de reprodução social, extrair desse mundo o conhecimento necessário à reprodução social (PANIAGO, 2006).

A realidade é, portanto, na perspectiva aqui apresentada, objetiva. Mas é preciso ter cuidado com essa constatação para não identificar a objetividade autônoma em relação ao sujeito com uma suposta neutralidade axiológica do processo de produção do conhecimento. É aqui que a ontologia marxiana difere-se da crítica ao positivismo se que aproxima, em maior ou menor grau, das perspectivas irracionalistas e agnosticistas. Isso porque essa identificação tem como resultado um dilema epistemológico que conduz: a) a um relativismo, pois o conhecimento é sempre fruto de representações, de meras visões relativas a determinados valores morais e interesses; ou b) à idéia de que o conhecimento produzido é neutro, desprendendo-se assim de seu terreno histórico-social, opondo, por consequência, ciência e política, ciência e moral, ser e dever-ser. Ou seja, de um lado, aparece a correta identificação de que a realidade é objetiva, mas associa-se a isso o pressuposto de que tal objetividade implica necessariamente neutralidade, desprendimento de valores morais, desconsiderando que o sujeito portador do conhecimento está também inserido em um contexto histórico-social específico. De outro lado, temos a correta constatação de que o sujeito cognoscitivo é um indivíduo portador de valores e interesses, e que esses interesses influenciam no processo de produção de conhecimento, o que nos leva a conclusão de que o conhecimento é relativo ao sujeito. Mas essa perspectiva desconsidera que a realidade é objetiva, que independe do sujeito, ao passo que defende, para manter a coerência de sua argumentação, que o real é sempre subjetivo, desembocando assim num relativismo epistemológico. Ambas as perspectivas entendem que da consideração da realidade como objetiva, deriva necessariamente a neutralidade axiológica. Como superar essa dicotomia, essa fragmentação entre a objetividade e a subjetividade? Por que, se o real é independente do sujeito do conhecimento, a apreensão da realidade não pode ser considerada como axiologicamente neutra?

Afirmamos insistentemente que o conhecimento tem uma função social, que seu objetivo é a captura de qualidades efetivamente existentes presentes no real de modo que possibilite a intervenção prática. É, pois, imbricado com a reprodução social. Por sua característica teleológica, as qualidades do real apreendidas na formação do conhecimento estão diretamente ligadas ao seu objetivo final. Portanto, o conhecimento é um *meio* determinado pelo seu objetivo, pelo interesse previamente estabelecido. Assim, quais elementos do real serão levados em consideração e em que medida, tudo isso é direcionado pelo objetivo final (TONET, s/d). A produção do conhecimento, sobretudo quanto autonomizada pela divisão social do trabalho, é ela mesma uma práxis e, portanto, um processo teleológico. O processo de conhecimento é por isso um processo de aproximação da subjetividade à realidade, de elevação do abstrato ao concreto, condicionado por suas

finalidades ontológico-práticas. Dessa forma, não articula todos os elementos do objeto, mas apenas os necessários em relação ao fim desejado.

Ocorre que “o conhecimento não é produzido por uma razão abstrata, mas por um indivíduo histórica e socialmente situado” (idem, p. 6). E porque a sociedade é saturada por conflitos de interesses, valores etc., não se pode afirmar que o conhecimento produzido é ou deva ser neutro. Assim, “como os interesses sociais são diversificados e, segundo pensamos, os interesses das classes sociais [...] são norteadores fundamentais do processo social, é razoável admitir que a apreensão da realidade social – realizada pelos indivíduos singulares – está articulada – com graus variados de consciência – com esses mesmos interesses das classes sociais” (TONET, s/d., p. 6).

Tais interesses não influenciam apenas na escolha do que se quer conhecer e na finalidade do conhecimento, senão também, ainda que de forma indireta, no próprio processo de apreensão do real. Consideradas certas finalidades, assumem-se, necessariamente, correspondentes “ângulos” de apreensão da realidade, o que não quer dizer, por isso, que o conhecimento perca sua natureza ontológica, isto é, que por ser relativo ao sujeito e à sua intencionalidade não esteja reproduzindo a realidade efetivamente existente. Os pontos de vista devem ser entendidos apenas como mais ou menos favoráveis para a apreensão da idéia presente na coisa, para uma aproximação mais adequada do objeto de conhecimento. E como os pontos de vistas são ligados a interesses, interesses os quais correspondem a um determinado contexto sócio-histórico, as perspectivas não são meras elaborações de uma subjetividade autônoma, mas expressam uma dada objetividade (TONET, 1995). As épocas, assim, produzem os pontos de vistas, as angulações do subjetivo, de acordo com a subjetividade (contraditória) dos contextos respectivos.

Mas antes de entrarmos nas determinações que põe traços das relações de classe na produção do conhecimento na Administração, trataremos de situá-la como um campo de estudo científico possível.

O Campo da Administração Como Ciência

As inúmeras práxis individuais cotidianas (e só se pode falar em indivíduo tendo por pressuposta a sociedade) objetivam-se relacionando-se umas com as outras. Essas práxis se sintetizam em uma totalidade objetiva repleta de determinações que se tornam impossíveis de serem compreendidas na sua imediaticidade. Ou seja, as práxis individuais se articulam dando forma à sociedade, mas que é no momento da atividade cotidiana compreendida por nós exatamente apenas em sua imediaticidade. É daí, por exemplo, que surgem fenômenos sociais como o fetiche da mercadoria e a correspondente reificação das relações sociais (MARX, 1988).

A objetividade social é produzida pelos sujeitos, mas ao mesmo tempo estranha a eles. Em determinado momento da história, dado o avanço das forças produtivas e a criação de novas necessidades sociais, esse complexo de relações precisa ser compreendido para além das reflexões mais imediatas, momento a partir do qual começam a aparecer as mais diversas ciências sociais. Trata-se, portanto, de buscar as mediações que se articulam em torno de determinado fenômeno social e que só é tornada possível com a complexificação da divisão social do trabalho.

Lukács (1979) demonstrou como o método marxiano realiza-se na articulação de diferentes complexos ontológicos que se articulam contraditoriamente entre si e determinam-se reciprocamente, produzindo assim o movimento histórico. Não por outra razão, o próprio aparecimento do ser social é um salto qualitativo de um complexo que o precede, o ser vivo, que tem por sua vez articulações necessárias com a materialidade inorgânica. O trabalho, elemento fundante do ser social e cujo desenvolvimento histórico permite “o recuo das barreiras naturais”, realiza o salto ontológico do ser que reproduz a si mesmo a partir de uma

práxis teleológicas que, com o desenvolvimento das forças produtivas, torna-se cada vez mais social e menos “natural”.

Por isso, a afirmação lukacsiana que considera a realidade um “complexo de complexos” permite compreender as legalidades próprias de uma particularidade determinada sem que percamos de vista sua articulação com a totalidade em movimento. Não se trata, portanto, de fragmentar o real em diferentes esferas ou “domínios sociais”, mas de apreender sua racionalidade objetiva particular determinada e determinante em relação à totalidade da qual é parte.

Ora, parece-nos claro, portanto, que toda práxis organizacional, isto é, aquela que articula organicamente diversas práxis para um fim determinado (seja por consenso ou coerção) tem por resultado uma objetivação que se articula com a totalidade social. Na verdade, trata-se geralmente de uma resposta - que articula a ação de diversos indivíduos - às condições historicamente determinadas sobre as quais as organizações se realizam enquanto tais. É a legalidade particular da dinâmica interna das organizações, que gozam de relativa autonomia diante das condições sobre as quais agem, que possibilita a consolidação dos estudos organizacionais como ciência. Mas para manter a radicalidade ontológica do método marxiano, é um erro considerá-la como uma ciência autônoma. Ao contrário, é só apreendendo suas necessárias mediações com a totalidade que poderemos reproduzir teoricamente a substância ontológica particular das organizações.

O que mostraremos a seguir é como o campo específico das chamadas Ciências da Administração é determinado socialmente, de tal forma que o ponto de vista, o ângulo do subjetivo do conhecimento produzido é incompatível com uma perspectiva emancipatória das classes subalternas.

Concepção E Execução E Classes Sociais

Todo ato singular, toda a *praxis humana*, possui necessariamente o momento da prévia-ideação e o da objetivação. Um processo de trabalho, por sua vez, pode ser complexificado organizacionalmente de tal forma que a concepção e execução sejam realizadas por indivíduos distintos (BRAVERMAN, 1987). Do mesmo modo, uma práxis organizada, mesmo que não seja efetivamente um processo de trabalho, também o pode. Dessa forma, se é verdade que na maior parte da história humana esta cisão não existiu, nas sociedades de classes é característico que às classes dominantes incubam a função social de planejamento e controle da produção – trabalho intelectual - e às classes subalternas a função social de execução, operacionalização, isto é, trabalho manual.

Em nenhum dos dois casos, seja nas atividades dos que realizam o trabalho intelectual, seja no trabalho manual, são eliminadas as categorias da prévia-ideação (pólo subjetivo) e da objetivação e exteriorização (pólo objetivo). Há, por outro lado, uma cristalização de relações de classe (e portanto de poder, de dominação) que faz com o que os indivíduos inseridos nessa relação social passem a introjetar na sua subjetividade o contexto no qual agem. Dessa forma, as objetivações das classes dominantes são conscientes de sua posição social, do mesmo modo que os indivíduos das classes subalternas passam a levar também em conta sua posição de dominado, incorporando em suas prévias-ideações as relações de dominação às quais estão sujeitos.

No que diz respeito à sociedade capitalista, podemos encontrar n'O Capital de Marx (1988, 1985) uma detida análise sobre o desenvolvimento da separação entre concepção e execução e da correspondente metamorfose das relações de poder no interior das empresas. A passagem da cooperação simples à grande indústria tem como efeito a correspondente passagem da subsunção formal do trabalho ao capital – momento em que a unidade entre concepção e execução permanece indissolúvel aos trabalhadores – à subsunção real do trabalho ao capital, quando a administração capitalista é capaz de impor um controle decisivo

sobre o *modos operandi* do trabalho.

Mas esse desenvolvimento não possui apenas uma natureza técnica. Ao contrário, é umbilicalmente associado à concorrência pela venda de mercadorias, tanto as produzidas diretamente pelo capital, como também a mercadoria decisiva deste modo de produção – a força de trabalho. Para o decréscimo do custo de produção, não é mera opção dos administradores a transformação tecnológica para fins de reprodução do capital, mas uma necessidade objetiva, para a qual uma insuficiente resposta põe em risco a própria sobrevivência dos capitais privados. As organizações da sociedade capitalista vêm-se, assim, obrigadas a reproduzir tecnologias como resposta a um ambiente hostil, tecnologias as quais exigem, em larga medida, o desenvolvimento de todo um aparato de controle sobre a força de trabalho.

Apenas na medida em que é capital personificado, tem o capitalista valor histórico e aquele direito histórico à existência [...]. Somente nessa medida sua própria necessidade transitória está embutida na necessidade transitória do modo de produção capitalista. Mas, nessa medida, também não é o valor de uso a satisfação, mas o valor de troca e sua multiplicação o móvel de sua ação. Como fanático da valorização do valor, ele força sem nenhum escrúpulo a humanidade à produção pela produção [...]. [O instinto absoluto do enriquecimento] é no capitalista *efeito do mecanismo social, do qual ele é apenas uma engrenagem*. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial *uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas*. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva (MARX, 1985, p. 172).

Temos aqui uma característica fundamental do mercado para compreender sua influência sobre as relações organizacionais. As “leis coercitivas externas” do capital incidem sobre as empresas como uma “força estranha” que impele a reprodução ampliada e que influencia, naturalmente, sua composição técnica (relação entre a massa de meios de produção e a massa de trabalho necessário para utilizá-los). O capitalista, que comprou a força de trabalho, pode usá-la, de início^{iv}, do modo como considerar adequado, como usa todas as demais mercadorias que comprou no mercado. Deve, portanto, organizar o trabalho da maneira que lhe for mais conveniente para aumentar seus ganhos. “Uma pessoa só encarna a personagem econômica do capitalista porque seu dinheiro funciona continuamente como capital” (ibidem).

É verdade que Marx analisou a sociedade capitalista industrial de mais de um século atrás. Mas também é verdade que as leis fundamentais do modo de produção capitalista são as mesmas, posto que agora encerrem mais mediações. Naturalmente, com o crescimento das empresas e seu conseqüente ganho de complexidade, tanto no fluxo produtivo como nas relações hierárquicas estabelecidas, essa personificação do capital ultrapassa o indivíduo capitalista e abrange também parte dos assalariados que são “integrados” pela administração para controlar seus pares em favor do capital. Os administradores, portanto, cumprem um papel fundamental na esfera produtiva ao permitir que o capital seja capaz de controlar todos os seus recursos, fundamentalmente os humanos, para sua autovalorização.

A contradição presente no modo de produção capitalista, que combina uma anarquia na divisão social do trabalho com um despotismo nas relações organizacionais que estão sujeitas a um capital particular, leva as empresas a buscar sempre respostas imediatas,

pragmáticas, de modo que possam reproduzir ampliadamente seu capital realizando sua produção no mercado. É próprio deste modo de produção que as necessidades imediatas das empresas sejam muitas vezes antagônicas às suas próprias necessidades de “longo prazo”, como bem nos mostra Mészáros (2006). De qualquer forma, está na gênese das Ciências da Administração produzir conhecimentos que municie a administração de empresas com instrumentos capazes de tornar mais eficiente o processo de acumulação de capital em cada contexto particular. Dito de outra forma, está na gênese das Ciências da Administração produzir conhecimentos que tornem as empresas capazes explorar a força de trabalho eficientemente, ampliando a taxa de mais-valia.

Tais estudos ganharam uma autoconsciência de sua função na obra de Taylor, que apesar de repetir, do ponto de vista técnico, obras anteriores (como Babage e Ure), é a primeira a ter clareza da necessidade do controle real e despótico do trabalho.

A Administração e o Conhecimento Teórico Produzido Para Dominação

No início do século XX Taylor apresenta ao mundo o resultado de seus esforços – iniciados quase trinta anos antes da publicação de seu livro “Princípios da Administração Científica”, em 1911 - para passar à gerência o conhecimento pleno dos processos de trabalho (MORAES NETTO, 1987).

A Administração Científica é um conglomerado de idéias de como gerir o capital mediante o aproveitamento máximo do único fator de produção que gera valor: o trabalho. É isso que leva Tragtenberg (1974) a considerar a Administração, mediante o desenvolvimento histórico-social até o capitalismo, como ambígua e transitória. Transitória no sentido de avançar, dialeticamente, conforme a sociedade e as condições materiais de desenvolvimento histórico com que o ser humano se desenvolve, e ambígua por apresentar, ao mesmo tempo, conhecimentos de nível operacional, técnico, e ideológico^v.

Braverman (1987) refere-se à Administração Científica como possuidora de três princípios básicos: o primeiro refere-se à detenção do conhecimento acerca do trabalho pelo administrador, o que o autor chama de “*dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*” donde, “daí por diante deve depender não absolutamente das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais” (1987: p. 103); o segundo princípio refere-se ao estudo sistemático do trabalho por parte dos administradores, cabendo-lhes toda a conceituação dos processos de trabalho; e o terceiro princípio taylorista diz respeito ao planejamento do trabalho por parte dos gerentes. Isso se deve ao fato de que para a imposição da eficiência metodológica não basta a detenção dos meios de produção. Antes de Taylor, o trabalho na fábrica já havia sido intensificado, mas algo se interpunha entre a gerência e a eficiência metodológica de que o capital necessitava: o fato de conhecimento dos processos de trabalho ser dos trabalhadores (MORAES NETTO, 1987).

As modificações nos processos de trabalho no fordismo intensificam a fragmentação e simplificação de uma mão de obra já desqualificada pelo taylorismo. Porém, as principais alterações trazidas pelo fordismo - e a partir daí pode-se falar mais claramente em padrão de acumulação - são a produção em massa, seriada e padronizada.

O taylorismo-fordismo só será superado como padrão de acumulação com a crise da década de 70, que exige como resposta a reestruturação produtiva do capital, culminando naquilo que Harvey (1992) denominou de padrão de acumulação flexível de capital. As novas técnicas de produção passam a exigir, em larga medida, o engajamento subjetivo dos trabalhadores, o que implica em uma maior ideologização das teorias administrativas^{vi}.

Está claro para nós que a parcialidade do conhecimento produzido por essa ciência é condicionada por sua posição de classe, por sua angulação diante do real, haja vista os objetivos aos quais pretende alcançar. Assim, por mais gerais que sejam estas linhas, aqui já podemos evidenciar a parcialidade do conhecimento produzido. Tais conhecimentos

atendem necessidades produtivas parciais de uma classe social que personifica um metabolismo auto-expansivo (MÉSZÁROS, 2004; MARX, 1988). Desse modo, as teorias das Ciências da Administração não dizem respeito a como melhor produzir para satisfazer as necessidades humanas, mas como produzir para obter “vantagens competitivas” no um mercado capitalista.

Assim, a maioria da produção das Ciências da Administração carrega-se não somente de produção de conhecimentos técnicos, mas, principalmente, como aponta Tragtenberg (1974), de afirmações ideológicas. Se lembrarmos que os conhecimentos produzidos pelas Ciências da Administração, desde sua gênese, se referem à atenção de necessidades de reprodução ampliada de capital, e que o único elemento vivo capaz de oferecer resistência aos conhecimentos técnicos desenvolvidos para baratear o custo das mercadorias vendidas é o trabalhador, fica claro que as justificações ideológicas de conciliação das classes são fundamentais para a manutenção e ampliação dessas relações sociais. É evidente que não se trata de um conhecimento homogêneo, e nem poderia ser, mas que tem em comum esse traço constitutivo.

Como podemos ver, as teorias mais consolidadas e amplamente divulgadas da Administração respondem a necessidades objetivas das organizações no seu processo de acumulação de capital em contextos específicos. Ao assumir determinada angulação sobre o real, ao ter como ponto de vista as necessidades da empresa para reprodução de capital, o conhecimento produzido, como instrumento que é, passa a ser condicionado por sua finalidade. Por essa razão, embora tal processo de conhecimento revele características da realidade à sociedade, o faz somente enquanto conhecimento útil à reprodução de capital e, portanto, à dominação. As prévias-ideações que geram o conhecimento necessário à reprodução social capitalista, complexificadas ao ponto da “autonomização da ciência”, tomam como dado aquilo que deveriam explicar – não precisam revelar a historicidade dessas relações organizacionais, a natureza da mercadoria, a natureza do modo de produção capitalista. Basta-lhes que, a partir da identificação dos elementos que ameaçam o bom desempenho das empresas capitalistas, desenvolvam-se técnicas de gestão adequadas para a manutenção do processo de acumulação, todas justificadas racionalmente, sob a forma de teoria, mas com forte ideológico.

Contribuição Para uma Ontologia Marxista das Organizações

Como vimos, as relações organizacionais, no desenvolvimento histórico das Ciências da Administração, são predominantemente apreendidas de modo unilateral, isto é, como se fossem mecanicamente determinadas por imperativos que, além de não serem politicamente questionados, são apresentados de uma maneira mistificadora, marcadamente a-histórica.

Por outro lado, parece-nos que os estudos organizacionais críticos, desenvolvidos à margem da abordagem gerencialista e com um espaço significativamente restrito, buscam incorporar e dar relevância fundamental a outros elementos na análise - como cultura, conflitos de poder, política, história, interesses sociais etc. -, com vistas a revelar a natureza política das próprias práticas administrativas. Contudo, são ainda raras as teorias que partem das relações reciprocamente determinantes entre as organizações e a totalidade social na qual estão imersas, ou seja, do modo de produção capitalista, como base fundamental para a compreensão dos fenômenos organizacionais. Mesmo os estudos com a mais aguda perspectiva crítica, acabam por tratar as organizações como autômatos, como uma particularidade desconexa da totalidade social. A consequência é que todos esses elementos que são, de fato, intimamente relacionados, são apresentados como fatores superficialmente articulados, pois não levam em conta uma categoria central para a compreensão histórica das relações organizacionais, qual seja, a subsunção do trabalho ao capital. Assim, revela-se o

papel ativo dos indivíduos nas relações de dominação presentes na organização, mas não a limitação de uma postura política individual, organizacional, ou, até mesmo, regional e nacional^{vii}.

Do ponto de vista das Ciências da Administração, isto é, da sua abordagem gerencialista, essas questões não são um problema para o seu desenvolvimento. As práticas capitalistas têm sempre de responder às questões mais imediatas, da ordem do dia, para que tanto a empresa particular – forma *sensível* mais superficial da “relação capital” – como a dinâmica capitalista possam se reproduzir. É, pois, ontologicamente necessário o pragmatismo das Ciências da Administração, que parte de um contexto específico, considerado como dado, desistoricizado, para a tentativa de resolução dos problemas que batem à porta da empresa, considerando tudo que está sob seu poder como meros recursos para a sua resolução, dentre os quais os “recursos humanos” e os “recursos da natureza”.

Por outro lado, do ponto de vista de uma Ciência efetivamente humana (MÉSZÁROS, 2006), isto é, que tenha por fim a emancipação, torna-se premente tanto revelar a natureza política das relações organizacionais como também as condições que as tornam necessárias e as *possibilidades objetivas* de sua superação (e não uma possibilidade que se abstraia das forças histórico-sociais que disputam entre si os rumos da história). Se pode a Administração, como pôde a Economia Política, “tomar como dado aquilo que deveria explicar” (MARX, 2005), àqueles que almejam uma sociedade emancipada é imprescindível a captação das formas organizacionais como fenômenos historicamente determinados e, portanto, da tecnologia e das relações organizacionais como subsumidas ao capital, por mais diversas e complexas que sejam as formas através das quais se afirma essa subsumção.

Se os estudos organizacionais podem dar alguma contribuição à emancipação humana, ela reside precisamente no fato de apreender os fenômenos organizacionais articulando-os com a totalidade social. Nesse sentido, não pode a crítica produzida em tais estudos se restringir à “consertar defeitos”, devendo orientar-se para a compreensão de que as práticas organizacionais se articulam com um todo social historicamente construído e de que as Ciências da Administração emergem de uma necessidade de desenvolvimento técnico e ideológico de reprodução de capital.

Ora, sob essa perspectiva, há uma ampla gama de estudos, um vasto campo ainda a ser descoberto, a partir de uma perspectiva engajada na emancipação da classe trabalhadora no campo dos estudos organizacionais. Em primeiro lugar, é importantíssimo que os estudos organizacionais dêem conta de desvelar criticamente os fenômenos organizacionais vivenciados nas empresas capitalistas e na sua forma correspondente de Estado. Somente compreendendo esses movimentos sociais é que se pode traçar o contexto sobre o qual está assentado todo o conflito político e identificar as necessidades e possibilidades objetivas. Historicamente, esse tem sido o aspecto em que os estudos críticos tem sido mais bem sucedidos, ainda que marginalizados. A segunda questão fundamental, mas raramente estudada, é justamente a organização da resistência dos trabalhadores, seja em partidos, sindicatos, movimentos sociais abertos ou qualquer outra forma. A resistência, ao contrário, é sempre vista como um problema a ser resolvido pela administração, que assume o ponto de vista do capital.

Menos ainda são discutidas as organizações sobre uma perspectiva efetivamente revolucionária, que vislumbre a superação do modo de produção capitalista. As formas históricas que assumiram as lutas dos trabalhadores nos mais variados contextos, seus sucessos, fracassos e as lições que podem ser extraídas dessas experiências são completamente ignoradas pela área. Finalmente, as sociedades pós-capitalistas ou socialistas, com tudo que podem apresentar de diferente em relação às organizações tipicamente capitalistas, são sequer citadas. Tudo se passa como se esses países nada pudessem apresentar de interessante aos estudos organizacionais. Se pensarmos, então, na riqueza que podem

adquirir tais estudos quando articulados todos esses temas, que são fortemente relacionados no movimento real, torna-se evidente o quão limitada tem sido a crítica da área, restringindo-se a problematizar casos pontuais e reduzindo, por vezes, o problema da emancipação humana à dimensão da singularidade, desconsiderando relevantes mediações necessárias a tal fim.

As Ciências da Administração cumpriram até hoje, ao assumir o ponto de vista do capital, a função social de produção do conhecimento necessário para a reprodução ininterrupta da sociedade capitalista. Nada nos impede de assumirmos seu ponto de vista antagonico: o ponto de vista da classe trabalhadora que objetiva a sua libertação.

REFERÊNCIAS

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COUTINHO, C. N. *Estruturalismo e Miséria da Razão*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LESSA, Sérgio. *Para Além de Marx: crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.
- LUKÁCS, George. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. S/d.
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. 1ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, Tomo I. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, Tomo II. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *A Teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORAES NETTO, B. R. A organização do trabalho sob o capitalismo e a “redoma de vidro”. In: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, n.4, out/dez, 1987.
- NETTO, J. P. Razão, Ontologia e Práxis. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. n. 44, abr/1994.
- OLIVEIRA, Eunice de. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- TONET, Ivo. *Ciência: Quando o Diálogo se Torna Impossível*. S/d. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/ciencia_quando_o_dialogo.pdf> Acesso em: out/2009.
- TONET, I. . O pluralismo metodológico: um falso caminho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. n. 48, 1995.
- TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.

ⁱ Uma densa crítica ao método positivista pode ser encontrada em Mézáros (2004, cap. 6) e em Tonet (s/d). Para a compreensão de sua influência na Administração, cf. Tragtenberg (1974) e Braverman

(1987). Sobre as raízes de sua forte influência no Brasil, cf. Buarque de Hollanda (1995).

ⁱⁱ Uma rica análise das transformações históricas das necessidades humanas pode ser encontrada em Mészáros (2006, p. 173-194).

ⁱⁱⁱ “Para evitar mal-entendidos, lembremo-nos de que, para Marx, uma abstração teórica não significa uma falsidade ou apenas uma ‘pulsão’ da subjetividade. Para o pensador alemão, universalidade e singularidade são distintas esferas de generalização do próprio real e, por isso, são igualmente reais. [...] o abstrato é o cancelamento, no processo real, de determinadas particularidades e, no pensamento, as categorias que refletem esse cancelamento” (LESSA, 2005, p. 56). Desnecessário dizer que essa observação de Lessa vale para todas as categorias marxianas.

^{iv} Ao longo do processo histórico e do desenvolvimento da luta de classes criaram-se leis que regulam o uso da força de trabalho pela empresa.

^v No sentido usado por Engels de ideologia como “falsa consciência”. Engels, numa carta a Franz Mehring [...] escreveu: “A ideologia é um processo que o chamado pensador executa certamente com consciência, mas com uma *falsa consciência*. As verdadeiras forças motrizes que o motivam permanecem ignoradas; de outra forma, não se trataria de um processo ideológico”. (KONDER, 2002, p. 49)

^{vi} Aliando os modelos de produção em massa do taylorismo-fordismo a características locais, como o potencial de pesquisa de indústria japonesa, o engenheiro Taiichi Ohno desenvolve uma série de métodos e uma nova concepção de produção, também chamada de produção flexível, cujos elementos que caracterizam e constituem esta (re)configuração do mundo do trabalho não se limitam a processos de trabalho, mas também a mecanismos institucionais e o sindicato-de-empresa (OLIVEIRA, 2004). Passam a surgir, então, modelos como gerenciamento participativo, trabalho em equipe, flexibilização da força de trabalho e participação nos lucros e resultados. Todas técnicas que apenas intensificam as práticas tayloristas-fordistas e que são muito mais continuidades que descontinuidades, alteração na superfície de um padrão de reprodução ampliada de capital, não um rompimento.

^{vii} Não é aqui o espaço para tratar com o detalhamento necessário os diversos estudos críticos que surgiram no campo dos Estudos Organizacionais.